

/ELEIÇÕES 2018

# Quem nos representará no comando do País?

ENTENDA COMO FUNCIONA O SISTEMA ELEITORAL MAJORITÁRIO E O SISTEMA PROPORCIONAL EM LISTA ABERTA

No próximo dia 07 de outubro, nós, brasileiros iremos às urnas decidir, democraticamente, quem nos representará no comando do País nos próximos quatro anos. Cada eleitor terá que escolher seus candidatos para presidente e governador (poder Executivo, que executa políticas dentro do que determina a lei), deputado federal, deputado estadual e senador (poder Legislativo, que faz as leis).

O sistema eleitoral brasileiro é composto de dois modelos de votação: o majoritário e o proporcional. Para os cargos do poder Executivo, tem-se o sistema majoritário, em que o candidato mais votado é eleito. Para presidente e governador, é preciso conquistar a maioria absoluta, ou seja, mais de 50% dos votos válidos (votos brancos, nulos e eleitores ausentes são desconsiderados nesta contagem). O critério da maioria também é adotado nas eleições de um cargo do poder Legislativo: o de senador (aqui, o eleitor deve votar no número completo do candidato e não na legenda, caso contrário o voto é anulado).

Já para deputados federais e estaduais, tem-se o sistema proporcional em lista aberta. Nestes casos, pode-se votar em um partido/coligação (voto de legenda) ou em um candidato específico. Após a votação, para definir a composição do Legislativo, a Justiça Eleitoral considera todos os votos recebidos pelo partido ou coligação e determina o número de vagas proporcional à sua votação. Feito isso, para definir quais candidatos ocuparão tais vagas, são considerados os que receberam mais votos. Sendo assim, se a coligação ABC tem direito à 10 vagas, os 10 candidatos mais votados desta coligação ocuparão essas vagas.

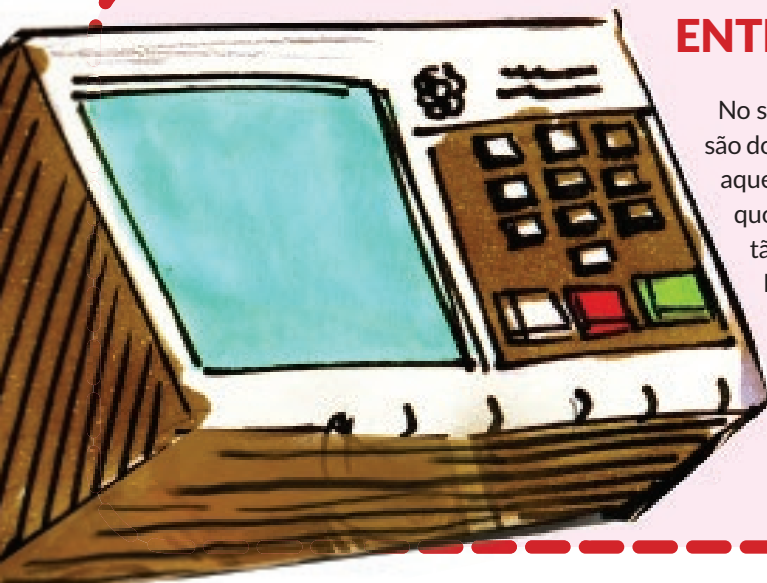
Por isso, é tão importante, na hora de definir seu voto, avaliar cada candidato pessoalmente, bem como suas propostas, mas considerar também a ideologia e o projeto político de seu partido e de todos os partidos que estão compondo sua coligação, se for o caso. Ao votar em um candidato, vota-se também em seu partido e em todos os partidos da sua coligação. Fique atento!

# FB

folhabancária

www.bancariosdecureitiba.org.br

**FS FOLHA SOCIOECONÔMICA**



## ENTENDA O QUOCIENTE ELEITORAL

No sistema proporcional, o quociente eleitoral é o resultado da divisão do número de votos válidos pelo número de vagas disponíveis para aquele cargo. Assim, cada vez que um partido ou coligação alcança o quociente eleitoral, garante uma vaga na casa legislativa em questão. Por exemplo, em 2014, para o cargo de Deputado Federal do Paraná, houveram 5.665.222 votos no estado, para 30 vagas na Câmara. O quociente eleitoral foi 188.841.

Já o quociente partidário é a divisão da votação total de cada partido ou coligação (que é a soma dos votos nos candidatos e dos votos na legenda) pelo quociente eleitoral. O resultado é o número de vagas a que o partido ou coligação tem direito.

**/ENTREVISTA**

# Para onde vai seu voto?

PROFESSOR DE CIÊNCIAS POLÍTICAS DA UFPR, EMERSON CERVI, EXPLICA O SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO MISTO, COM VOTO MAJORITÁRIO E VOTO PROPORCIONAL EM LISTA

**Como funciona o sistema eleitoral brasileiro?**

**Emerson Cervi:** Desde 1932, o sistema eleitoral brasileiro é misto, com eleição por voto majoritário para o Executivo e por voto proporcional para o Legislativo. Antes de 1932, o sistema todo era majoritário – qual era a consequência do voto distrital? Coronelismo! Mas o coronelismo começa a acabar na década 1930, quando se tem a substituição de um sistema em que se elege o mais votado em determinado distrito – e, a partir de então, os pequenos distritos passam a ser reunidos em grandes distritos –, por um sistema em que se elege proporcionalmente quem recebe mais votos em cada uma das listas apresentadas. O voto proporcional no Brasil tem, portanto, dois objetivos: primeiro, combater o coronelismo; segundo, garantir a representação das minorias. Pois, com o voto distrital, as minorias sociais e os interesses segmentados perdem quase que completamente a possibilidade de interferir na arena política.

Então, pelo sistema proporcional, o partido político monta uma lista de candidatos e a apresenta à sociedade. O sistema permite que o eleitor vote na lista toda – o chamado voto de legenda – ou em um candidato específico, que está dentro desta lista. Então, de qualquer forma, o voto vai compor o total de votos desta lista. Ainda que o candidato escolhido não tenha uma boa votação, o voto dado a ele vai ajudar aquela lista a conseguir mais cadeiras. Esse é o princípio do voto proporcional, que garante que segmentos minoritários consigam eleger pelo menos algum representante e que o parlamento não fique dividido em apenas dois grandes grupos.

**Quais as falhas deste sistema?**

**E. C.:** Há um único problema no sistema proporcional brasileiro, que é a possibilidade de coligações – que ainda existem em 2018. As coligações permitem que partidos que apresentariam listas separadas reúnam seus candidatos todos em uma única lista. Com isso, quando ocorre o voto de legenda em determinado partido, o voto vai para a lista da coligação, que reúne vários partidos. Isso causa distorções – menor que no sistema majoritário, mas ainda assim uma distorção, em especial, para os partidos ideológicos, que tendem a receber mais votos de legenda e menos votos individuais. Com isso, os candidatos personalistas tendem a estar no topo das listas e votos de partidos ideológicos coligados tendem a eleger tais candidatos.

A partir de 2022, teremos uma outra configuração: as coligações continuarão existindo, mas irão se chamar confederações; e, se hoje, as coligações só permanecem durante a campanha eleitoral – portanto, acabou a cam-

panha, acabou a coligação –, no futuro, elas continuarão existindo durante todo o mandato. E se um candidato eleito sair da coligação, ele perderá todos os benefícios que sua bancada tem. O correto, na minha opinião, seria não existir possibilidade de coligações nas eleições proporcionais, pois os partidos são diferentes entre si. E só faz sentido votar na legenda se o partido não está coligado, pois do contrário o voto vai para vários partidos.

Então, excluindo-se o problema gerado pelas coligações, o sistema proporcional é o mais adequado para o Brasil, sobretudo considerando que somos um país continental e com grandes desigualdades sociais e regionais. Há segmentos minoritários da sociedade que precisam ter o direito de ser representados, nem que seja por um deputado apenas. E só o sistema proporcional garante isso, pois o sistema majoritário barra qualquer tipo de heterogeneidade dentro do parlamento.

**Costuma-se dizer que o eleitor brasileiro é mais preocupado com seu voto para o Executivo, não se importando tanto com o Legislativo. Quais os papéis desses dois poderes?**

**E. C.:** Culturalmente, a sociedade brasileira é voltada a dar mais atenção ao poder Executivo, que é quem realiza as ações – ou seja, somos uma sociedade ainda muito dependente do Estado e essa dependência faz com que tenhamos mais atenção com quem é responsável por executar. Institucionalmente, o sistema político brasileiro é o confederativo presidencialista. O chefe do Executivo é eleito diretamente pelo povo, separado dos eleitos para o Legislativo. Ou seja, esse sistema faz com quem a atenção seja voltada ao Executivo. E quanto mais a reboque do Executivo o Legislativo estiver, quanto menos independência tiverem os legisladores, mais fraco fica o Legislativo perante a sociedade, sendo apenas um apêndice do Executivo. Dependemos de uma educação da sociedade para o entendimento da necessidade de um Legislativo forte e independente. O problema é que a elite política brasileira não ajuda.

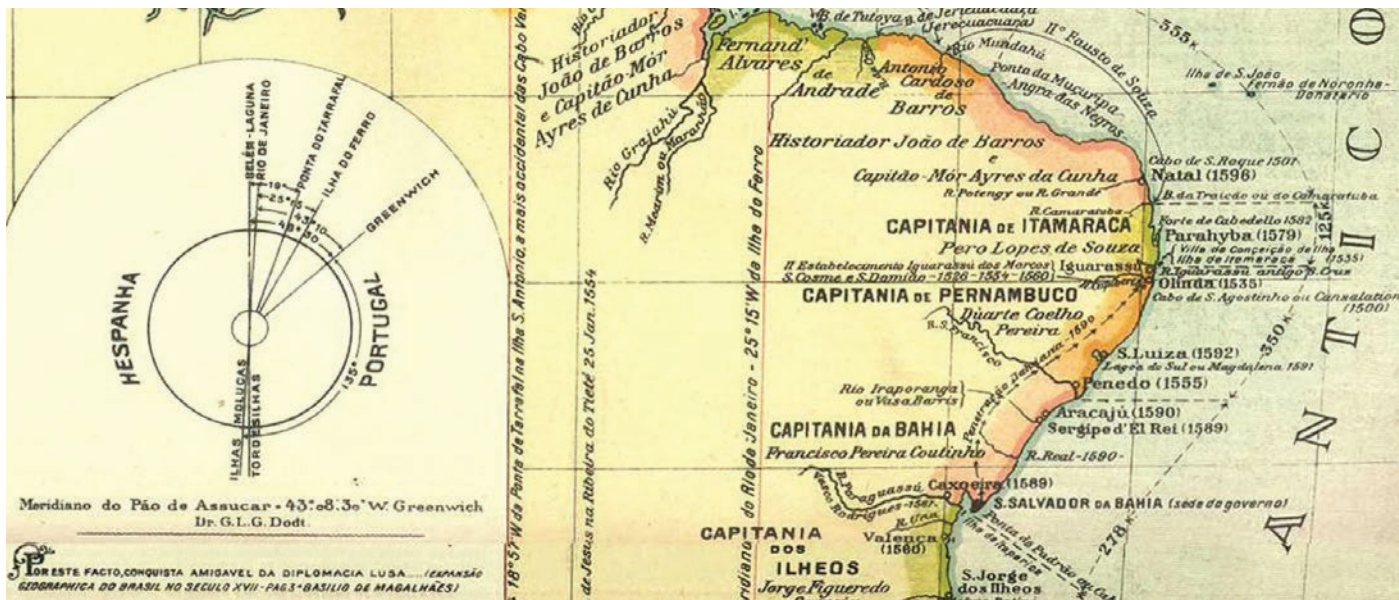
**O que o eleitor deve levar em consideração ao escolher seus candidatos em 2018?**

**E. C.:** Primeiro, deve-se levar em consideração que a eleição de 2018 é nacional, não apenas para presidente, mas para cinco cargos, com funções diferentes. Deputados estaduais e federais, tem por objetivo representar segmentos da sociedade. Então, se você faz parte de um segmento, precisa pensar na representação deste segmento para definir seu candidato. Com toda certeza, cada segmento terá mais de uma opção de candidato.

OPINIÃO

# O poder familiar no Paraná

PROFESSOR DE SOCIOLOGIA DA UFPR, RICARDO OLIVEIRA, ESCLARECE COMO A POLÍTICA BRASILEIRA E NO PARANÁ TORNOU-SE UM NEGÓCIO DE FAMÍLIA



**Em 2014, tivemos 56,5% dos deputados federais reeleitos. Apesar disso, o índice de renovação foi o maior desde 1998. O que esse alto índice de permanência nos cargos eletivos significa, na sua opinião?**

**Ricardo Oliveira:** A política brasileira, bem como a política no Paraná e em Curitiba, é profundamente oligarquizada. O que significa dizer que há poucos que controlam o poder político, em modalidade quase sempre familiar. Nós temos oligarquias familiares políticas dominando o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Isso explica a baixa renovação, a baixa rotatividade e a ausência de representação de setores sociais importantes. Vemos que a grande maioria dos parlamentares são homens, brancos, vindos das elites socioeconômicas, com curso superior. Por outro lado, temos ausência de trabalhadores, mulheres – o Brasil é o país com menor representatividade de mulheres de todo o continente americano –, negros e pardos, bem como de outros grupos de interesses. Tudo isso revela uma grande

concentração plutocrática daqueles que possuem muito dinheiro e representam apenas o capital financeiro, industrial, o agronegócio ou bancadas religiosas; tudo isso em uma sociedade extremamente desigual e que precisa urgentemente de pluralidade democrática e da representação de novos setores.

Como a política é fortemente pautada por interesses familiares, muitas vezes há apenas a substituição de gerações de parentes das mesmas famílias. Os dados mostram que, na Câmara, mais de 60% dos deputados federais apresentam vínculos familiares; no Senado, passa de 70% dos senadores; o mesmo acontece nos Ministérios. Há famílias políticas que, em alguns casos, estão a mais de 200 anos no poder. Este é o grave problema da dimensão familiar da representação política, pois essa oligarquização familiar apresenta grande concentração de poder e se traduz em grande concentração de renda, das riquezas e uma terrível exclusão social. Podemos observar que, muitas vezes, essas famílias com longa genealogia no poder

mantêm a mesma mentalidade da exclusão social, do preconceito, da discriminação contra grupos sociais; uma mentalidade autoritária, elitista, responsável pela violência que sociedade brasileira sofre.

**O senhor costuma dizer que, no Paraná, política é coisa de família. O que quer dizer com isso?**

**R. O.:** No Paraná, a política se tornou um negócio de família, pois são poucas as famílias que controlam o Governo do Estado. Com isso, o que deveria ser público passa a ser de interesse privado, patrimonialistas e de poucos grupos. A exemplo dos últimos 8 anos no Paraná, com a família Richa – de Beto Richa, que deixou o cargo de governador com baixíssima popularidade. E o que era o Governo do Paraná? Um grande comitê familiar, uma vez que a esposa de Beto Richa, a Fernanda Vieira Richa, era super-secretária de assuntos de desenvolvimento social e política social. Já o irmão José Richa Filho era super-secretário de infraestrutura, tudo o que era ligado a obras públicas, pedágios, empreiteiras e construção civil passava pela família Richa. Além

de outros primos e familiares que ocuparam cargos.

Quando sai Beto Richa, entra outra grande família política no Governo: os Borghetti Barros, da governadora Cida Borghetti – que foi parlamentar, com interesses empresariais –, esposa de Ricardo Barros, deputado federal, que já foi ministro da Saúde no governo de Michel Temer, filho de Silvio Barros, ex-prefeito de Maringá. A filha da governadora é a deputada estadual Maria Vitória Borghetti Barros. Podemos observar ainda outros candidatos ao Governo, como Ratinho Junior – filho de um grande empresário da mídia, Ratinho pai, que foi vereador e deputado federal. Mais uma mostra de que o poder no Paraná é negócio de família e a hereditariedade é a chave para entendermos a dinâmica política e institucional.

### **Quais as consequências, para a população do Paraná, da permanência destas famílias no poder por tanto tempo?**

**R. O.:** A consequência para a população desta oligarquização política familiar é a péssima administração pública, uma vez que só há interesses privados patrimonialistas. Com isso, o que se observa é o aumento da concentração de renda e a deterioração dos indicadores sociais – por exemplo, após o golpe de 2016, no governo de Michel Temer, que teve a participação de Ricardo Barros como Ministro da Saúde, a mortalidade infantil voltou a crescer no Brasil, um verdadeiro desastre social; além do aumento do arrocho salarial, do desemprego e o retorno de doenças já praticamente erradicadas. Toda essa situação revela que o congelamento dos gastos em Saúde, Educação e Segurança significou a perda de direitos sociais, de poder aquisitivo e piora de indicadores, com consequente aumento da violência e da criminalidade. Uma falência social que escancara a falta de políticas sociais, consequência do poder político concentrado em poucas famílias.

### **E como ficam os partidos políticos neste cenário?**

**R. O.:** No Brasil, nós temos poucos partidos políticos de expressão, justamente porque o mais decisivo na política são as famílias. O que significa que as famílias controlam, monopolizam e dominam os partidos políticos, que deixam de ser instituições modernas, com autonomia para exercício da cidadania, para se tornarem feudos familiares. Muitos dos pequenos partidos políticos controlados por essas famílias se convertem em partidos de aluguel, que leiloam o seu apoio e são instrumento do abuso do poder econômico, uma vez que só consegue se eleger quem possui muito dinheiro, apoio empresarial ou quem tem uma rede política familiar consolidada, com muitos cargos comissionados para trabalharem como cabos eleitorais. Então, como a política é um negócio familiar, o partido é uma extensão do poder político familiar. Muitos desses membros da elite política familiar trocam constantemente de partidos, pois para eles o que importa é a família e não o partido – como é o caso do candidato de extrema direita Jair Bolsonaro: ele coloca toda a família na

política e muda de partido o tempo todo, o que vale é a família Bolsonaro e não o partido político moderno. Isso é um sinal do atraso, do autoritarismo e da visão negativa que essas elites políticas familiares possuem do Estado; e, com isso, o Estado se torna privatizado por tais interesses.

### **Como o senhor vê atual modelo de sistema eleitoral neste cenário?**

**R. O.:** O sistema eleitoral só favorece quem tem muito dinheiro e grande acesso à mídia – uma vez que a imprensa no Brasil também é político-familiar, como o caso da família Marinho (Globo), família Saad (Bandeirantes), família Frias de Oliveira (Folha de S. Paulo), família Civita (Abril), família Mesquita (Estadão); no Paraná, a família Cunha Pereira (RPC), família Ratinho (Massa) e família Pimentel (GPP). Em síntese, as eleições beneficiam os mais ricos, os que têm Caixa 2 e família no poder. Sendo assim, os eleitos são sempre os mesmos, quando não seus filhos, netos e sobrinhos, a família política dominante. Ou seja, sem uma grande e importante Reforma Política e Eleitoral, apenas os mais ricos e de famílias políticas continuarão sendo eleitos.

### **Neste contexto, como os candidatos e partidos progressistas conseguem furar essa barreira das oligarquias familiares?**

**R. O.:** Apenas a luta social, sindical, a consciência política e a ideia de moderna cidadania e democracia podem beneficiar a grande maioria de trabalhadores assalariados e os movimentos sociais; e há um espaço para essas lutas. Nesse sentido, é muito importante a construção de uma bancada eleita de trabalhadores, que irão defender o salário, o emprego, a educação pública e gratuita e a saúde pública e gratuita, contra os interesses do segmento empresarial, que quer privatizar a renda e aumentar o lucro, bem como privatizar o Estado, piorar os serviços públicos e prejudicar a maioria sem recursos. Por isso, a responsabilidade da maioria trabalhadora é imensa no combate ao poder familiar, que produz desigualdade, corrupção e elitização. É papel e responsabilidade dos trabalhadores, dos sindicalizados, dos movimentos sociais, dos jovens, negros, mulheres, índios, da comunidade LGBT e várias outras comunidades elegerem seus representantes para defender a democracia e os interesses da maioria.

### **Em ano de eleição, o que os eleitores deveriam levar em consideração na hora de escolher seus candidatos?**

**R. O.:** Na hora de escolher seus candidatos é preciso saber a origem, a ideologia e o partido de cada um deles – quais são os partidos que defendem os trabalhadores e quais são os partidos que defendem o patronato e o empresariado? Quais são os partidos que são oligarquias político-familiares, que estão no poder há décadas, há séculos? Então, o trabalhador deve ter consciência para votar e, com o seu voto, defender seus interesses, garantindo políticas sociais que gerem emprego, saúde e educação de qualidade, entre outros.